

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXII Mensário, Janeiro 1997 Nº260 Preço 140\$00

• **Foto do leitor**
Nova secção abre mais o ELO aos associados já a partir de Fevereiro.

página 10

• **Inquérito no País**
Em Portugal já existem mais de 900 mil pessoas deficientes.

página 6

• **Capitães-Coronéis**
A polémica que persiste há mais de uma década está longe de acabar.

última página

• **Porto de abrigo**
Delegação do Porto nasceu há 22 anos e os resultados estão à vista.

página 4



PORTE PAGO

ADFA tem nova direcção

• **Recém-eleitos querem dar continuidade ao trabalho anterior**

Foi no dia 11 de Dezembro que se realizaram as Eleições Intercalares para os Órgãos Sociais Nacionais (OSN) da ADFA. Embora a existência de uma só lista deixasse adivinhar o resultado, dizem os mais experientes nestas coisas que, o número de associados que se deslocou à Sede, Delegações e Núcleos para votar, "excedeu as expectativas". Para já, a nova Direcção Nacional mostra-se apostada num ponto: não deixar abrandar o ritmo de trabalho para atingir os objectivos a que a Associação se propõe.

página 5



Deficientes (esquecidos) do Anexo

página 7

Cooperação

Maputo pelo enviado da Associação

Em Moçambique existem perto de mil associados, no Núcleo da ADFA em Maputo. O presidente daquele braço da Associação não tem força para resolver os graves problemas com que se debatem os associados daquela ex-colónia. José Gabirro, membro do Conselho Nacional, esteve alguns dias no local por motivos profissionais. A Direcção Nacional aproveitou a deslocação do associado para pedir um retrato da situação no terreno.

página 8



Convocatória para as Assembleias Gerais Ordinárias de Delegação

De acordo com o nº1 do artigo 49 dos estatutos da ADFA, as Mesas das Assembleias Gerais das Delegações a seguir indicadas convocam os associados para a realização de Assembleias Gerais Ordinárias de Delegação, nas datas que se indicam, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apreciação e votação dos Relatórios de Actividades e Contas e parecer do Conselho Fiscal de Delegação, relativos à gerência do ano de 1996;
- 2 - Informações de interesse associativo.

Delegação de Bragança

01 de Março/97, às 09H00, na sede da Delegação.

Delegação de Castelo Branco

22 de Fevereiro/97, às 14H30, na sede da Delegação.

Delegação de Coimbra

15 de Fevereiro/97, às 14H00, na sede da Delegação.

Delegação de Évora

15 de Fevereiro/97, às 09H30, na sede da Delegação.

Delegação de Faro

14 de Fevereiro/97, às 18H00, na sede da Delegação.

Delegação da Madeira

16 de Fevereiro/97, às 11H30, nas instalações da Banda Municipal do Funchal.

Delegação de Ponta Delgada

01 de Fevereiro/97, às 10H00, na sede da Delegação.

Delegação do Porto

15 de Fevereiro/97, às 14H30, na sede da Delegação.

Delegação de Setúbal

15 de Fevereiro/97, às 15H00, na sede da Delegação.

Delegação de Vila Nova de Famalicão

15 de Fevereiro/97, às 14H30, na sede da Delegação.

Delegação de Viseu

08 de Fevereiro/97, às 14H00, na sede da Delegação.

Porto

Uma história com 22 anos

Anabela Vieira

Depois de atingir a maior parte dos principais objectivos, em mais de duas décadas de existência, a Delegação do Porto já pensa nos novos desafios. O balanço do caminho percorrido desde a fundação, nos primeiros dias de Dezembro de 1974, é positivo, mas não há tempo para festas. O futuro está aí e tem que ser enfrentado com a mesma determinação.

A 7 de Dezembro de 1974 nasceu a delegação do Porto da ADFA. Com a presença de mais de uma centena de deficientes, juntamente com dois elementos da sede da associação em Lisboa, realizou-se a 1ª reunião, no Regimento de Infantaria 6, com o objectivo de averiguar a viabilidade da criação da delegação do Porto da Associação do Deficientes das Forças Armadas. Depois de se verificar o preenchimento dos requisitos necessários, surge uma comissão instaladora constituída por seis elementos. O primeiro passo está dado.

A partir daqui o campo de batalha seria outro. O objectivo já não era "salvar a pele", mas sim lutar por uma vida condigna, arranjando formas de colmatar uma juventude de certa forma mutilada. Assim, a luta pelo direito à reabilitação, à reintegração na sociedade e no mundo do trabalho foi o lema a seguir e isso ficou bem vincado nesse encontro nos primeiros dias de Dezembro, como, aliás, prova a acta dessa mesma reunião: "reformas chorudas não resolvem os nossos problemas, o dinheiro, processo alienatório de regimes capitalistas pode ser prejudicial ao deficiente,



O mesmo ritual desde 7 de Dezembro de 1974

na medida em que o pode lançar numa ociosidade viciosa, fazer dele um peso morto a suportar pela sociedade e uma força inútil, porque desaproveitada."

Foi este o espírito que sempre regeu a actuação da delegação. Hoje, mais de duas décadas depois, com o conseqüente e natural desenvolvimento da sociedade, é legítimo levantar algumas perguntas: Será que estes princípios não estão um pouco esbatidos? A questão monetária não se terá, de certa maneira sobreposto aos princípios inicialmente estabelecidos? Segundo Abel Fortuna, o actual presidente da delegação, "ninguém nega estes valores nem estes princípios, a questão é que actualmente os problemas são outros. É justo que os deficientes lutem pelos seus direitos, inclusive relativamente a questões monetárias."

Deixando de lado esta matéria, a verdade é que a delegação do Porto sempre teve uma actuação essencialmente dividida em duas dimensões: uma a nível nacional e a outra a nível regional. No que diz respeito à nacional, a delegação do Porto interveio fortemente sempre que esteve em causa a própria associação. No entanto, também a nível

regional, a sua actuação foi bastante marcante ao longo dos anos. Em 1976 foi criada a oficina de próteses, com o objectivo de servir os deficientes militares. No ano seguinte, na mesma iniciativa é dado mais um passo: abrem-se as portas da oficina à sociedade civil passando a servir todos os deficientes, militares ou não.

Em 1979 realiza-se nas instalações da delegação um curso de próteses e ortóteses, ministrado pela Universidade de Nova York, e já em 1984 uma delegação do Fundo Mundial de Reabilitação visita a delegação do Porto, passo de grande importância uma vez que veio dar à ADFA reconhecimento internacional. É a partir desta visita que se cria o Centro Oficial de Meios Ortopédicos, que mais tarde viria a dar origem ao Centro de reabilitação Profissional de Gaia.

Hoje, no balanço de 22 anos, e apesar de todos os objectivos que, ao longo da sua existência, a delegação do Porto já conseguiu atingir, a verdade é que ainda há muito para mudar num longo caminho a percorrer, ou não fosse essa a razão de existência da ADFA e das suas delegações. ●

Natal

Festas de Norte a Sul

CENTENAS DE associados, familiares e trabalhadores da ADFA conviveram uma vez mais em solidariedade e amizade que, ano após ano, caracterizam a época natalícia. Na sede, no tradicional jantar, aos trabalhadores juntaram-se, no dia 19 de Dezembro, alguns associados sem pensão e de origem africana que se encontram no anexo do Hospital Militar Principal.

Nas Delegações, de acordo com as informações que chegaram ao ELO, o espírito manteve-se o mesmo: Em Faro, no dia 21 de Dezembro, o encontro associativo, onde esteve o Presidente da MAGN, Jorge Maurício, foi muito participado por sócios e familiares,

destacando-se pela qualidade da comida, levada pelos participantes, onde não faltou a música popular e o baile, como "digestivo".

Não foi, no entanto, desaproveitado o momento associativo para que, em intervenções dos presidentes da MAGN e da Direcção da Delegação, realçassem a necessidade da adequação legislativa à actual situação dos deficientes militares e suas famílias e a necessidade de que aquela Delegação pesa, brevemente, usufruir de novas e mais amplas instalações.

Na Delegação do Porto, um pouco por todo o lado, os sócios da ADFA reuniram-se em festas de Natal: em Arouca no dia 1 de Dezembro; em Santa Maria da Feira, no

dia 8; em Chaves, no dia 15, e em Viana do Castelo no dia 22.

Na sede da Delegação, a festa foi para os mais pequenos. Meia centena de crianças encheu um salão. Houve palhaços a alegrar as crianças que receberam várias prendas.

Em Viseu, no dia 7 de Dezembro, 110 sócios e familiares conviveram durante várias horas. O Presidente da MAGD, saudou os presentes, no desejo de festas felizes, e o Presidente da DD falou sobre toda a estratégia legislativa da ADFA, em especial no que se refere aos deficientes militares em serviço e aos internados no Anexo do HMP, tal como dos direitos a atribuir às viúvas.

Nas Delegações de Évora e Famalicão, dia 15 de Dezembro, também houve festa e prendas. Junto a mais de cem associados estiveram alguns elementos da Direcção Nacional. ●

DELEGAÇÃO DO PORTO

SERVIÇOS SOCIAIS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

GABINETE JURÍDICO

Responsável: Dr.ª Manuela Santos

BAR / RESTAURANTE

Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

COMPRA DE VIATURAS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabete Couto

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00

Quintas e Sextas feiras - das 10H00 às 12H00

Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa

CONTACTOS:

Tel: (02)820403 / (02)820744 Fax: (02)825242

Mudar para prosseguir

Nuno Crespo

Um dia primaveril, com as temperaturas a subirem nos termómetros, parecia perfeito para votar. Mas, a existência de uma única lista e o facto das eleições serem intercalares levou a que, ao longo de dez horas, pouco mais de uma centena de sócios tenham passado pela Sede da ADFA, em Lisboa, reflectindo aquilo que, de um modo geral, aconteceu por todo o País. Excepções também as houve, o Núcleo de Aveiras, por exemplo, contrariou a abstenção de umas eleições que, no final, superaram as expectativas.



As eleições intercalares para os Órgãos Sociais Nacionais (OSN) da ADFA realizaram-se, no passado dia 11, com grande normalidade. Na Avenida Padre Cruz, em Lisboa, excluída a incerteza de quem seriam os vencedores, já que havia uma única lista candidata, restava saber qual seria o grau de participação dos associados.

Na base da convocação destas eleições esteve a demissão da maioria dos elementos da Direcção Nacional (DN) devido a diferentes posições durante o mandato, designadamente quanto à estratégia legislativa para os deficientes em serviço, aprovada em Abril de 96. Lavouras Lopes, presidente da anterior DN - único elemento que não se demitiu -, considera "natural que numa associação como a ADFA possam surgir diferentes pontos de vista, mas", continua o ex-presidente, "essa diversidade de opiniões não é, necessariamente, algo de negativo". Lavouras Lopes, refere ainda que, "o importante é que os interesses da ADFA prevaleçam em relação aos interesses pessoais e que a Associação deverá conseguir construir um serviço de apoio aos sócios equilibrado entre profissionalismo e humanização".

No seguimento da demissão de seis elementos da DN, a Mesa da Assembleia Geral Nacional, o consultor jurídico da ADFA e o Conselho Fiscal Nacional, entenderam pôr em comunicado a solução



No Núcleo de Aveiras a participação foi significativa

encontrada para ultrapassar esta crise. De acordo com o documento - publicado no último número do ELO -, seria necessário "um acto eleitoral, de forma a que todos os associados pudessem livremente apresentar-se aos sócios para que as suas candidaturas fossem sufragadas" e, assim, encontrada uma nova Direcção.

A eleição de novos Órgãos Nacionais para um mandato intercalar, que terminará no final deste ano (20 de Dezembro), não fazia prever na abertura das urnas grande participação dos sócios. No entanto, com o decorrer do dia, "a votação acabou por não ficar aquém do habitual", disse ao ELO Jorge Maurício presidente da Mesa da Assembleia. Por todo o País, e apesar de serem eleições para os OSN, os associados acabaram por responder ao apelo da única lista candidata: foram 633 aqueles que exerceram o direito de voto. Confrontado com estes números o presidente da mesa, explicou que "existem razões para que tal aconteça",

considerando os resultados "perfeitamente normais", tendo em conta que "para além de serem eleições intercalares, só existia uma lista concorrente".

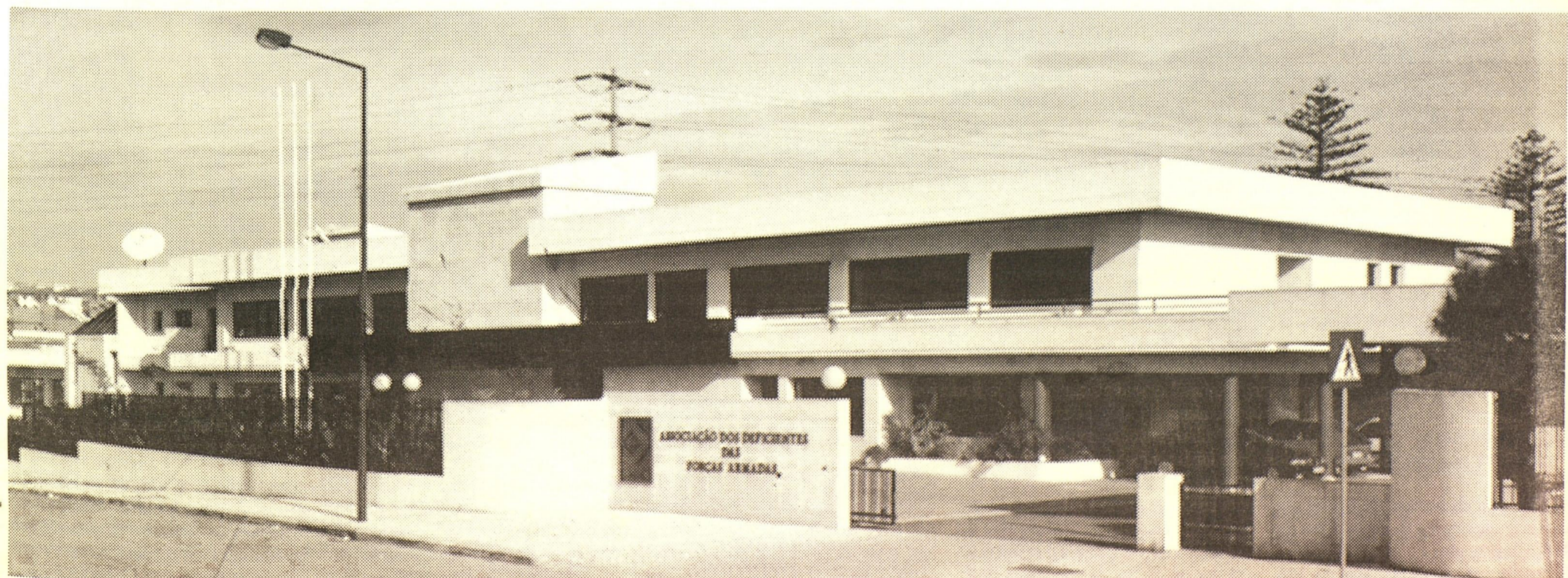
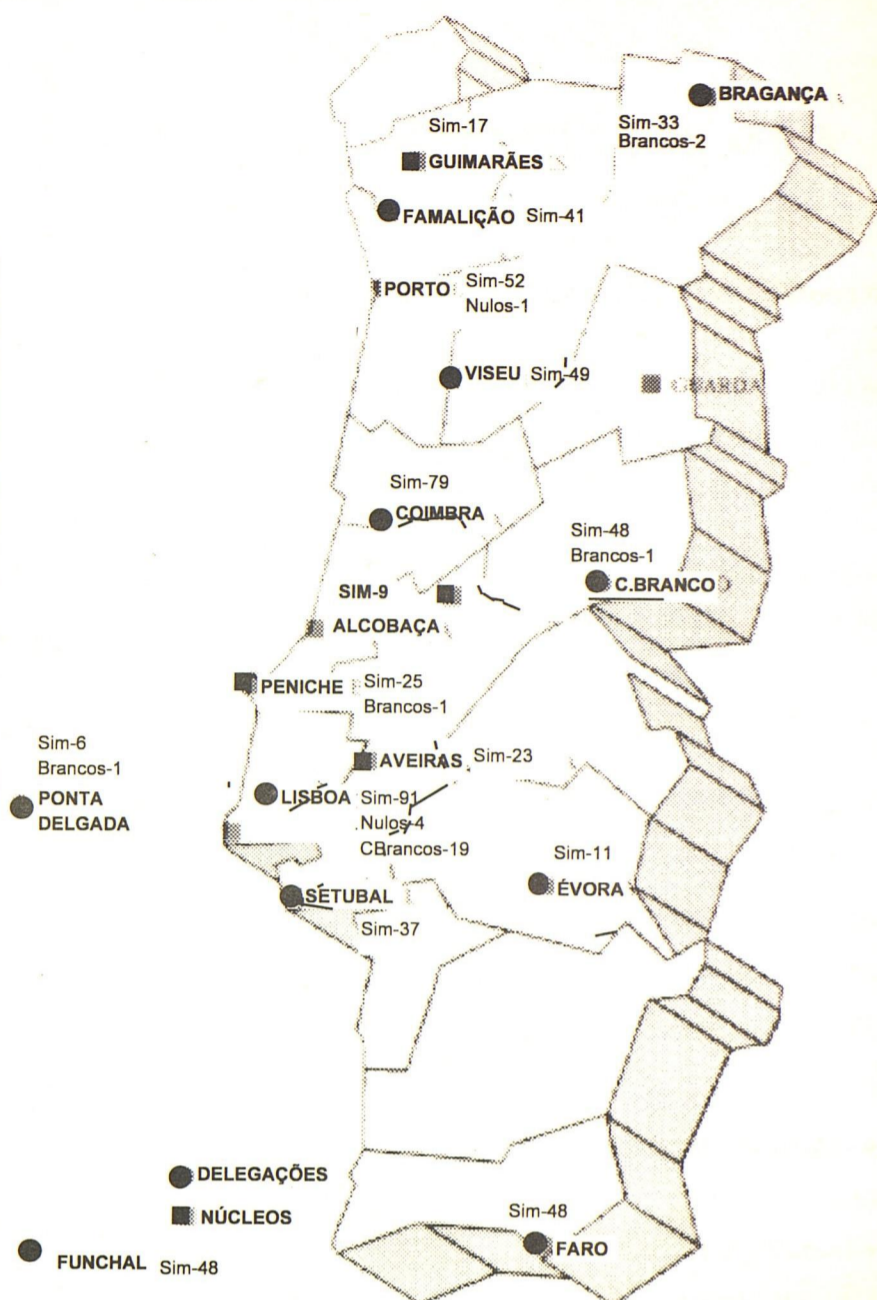
Um projecto para continuar

"Estas eleições representam a continuação de um projecto, iniciado em 17 de Junho de 1995", diz Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional vencedora das eleições intercalares. O dirigente explica que "não estão previstas grandes alterações na política da Associação". Referindo-se ao documento "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares", entregue no princípio de 1996 no Ministério da Defesa Nacional, o novo presidente da ADFA adiantou ao ELO que a recém-eleita DN vai "continuar a procurar solução para alguns dos problemas do caderno reivindicativo". Humberto Sertório refere ainda que, a nível interno, a

"reorganização da ADFA continuará".

Eleições intercalares para Órgãos Sociais Nacionais, apenas com uma lista candidata, são actos eleitorais que podem, muitas vezes, não despertar o interesse dos associados. Daqueles que, diariamente, vivem os problemas da Associação longe dos locais de decisão, mas a quem se pede, a fim de exercer o direito de voto, deslocar-se de várias dezenas de quilómetros. Votar acaba por não ser uma simples decisão, de ir ou ficar em casa, mas sim um processo algo complicado.

Para quem foi às urnas, o voto não significou uma simples escolha, de A ou B, revestiu-se de algo mais importante. Como explicou a este jornal o sócio Manuel Marques, "apesar de sentir alguma mágoa em relação à Associação", isso não o impediu de votar. " Vim por respeito aos colegas e porque se deve lutar por aquilo em que se acredita", afirmou. António Carreiro, outro sócio, diz ter votado porque "é importante dar vida à Associação e, para tal, é necessária a participação de todos os sócios". ●



No Anexo do Hospital Militar deficientes esperam melhores dias

Os "eternos coitadinhos"

Nuno Crespo

Deficientaram-se enquanto cumpriam o serviço militar, uma granada, uma mina ou um simples acidente de carro roubou-lhes a juventude. Hoje, são cinco grandes deficientes motores para quem os dias se sucedem uns atrás dos outros. Dias sempre iguais na espera por uma lei que traga alguma justiça. Entretanto, aguardam, no mesmo quarto onde passaram os últimos 25 anos, que lhes seja atribuída uma pensão.

A passagem, no dia 19 Dezembro de 1996, de quatro deficientes motores, internados no Anexo do Hospital Militar Principal (HMP), em Lisboa, pela Junta Hospitalar de Inspeção veio relembrar um problema que se encontra por resolver há mais de duas décadas: o de homens que, durante o cumprimento do serviço militar, sofreram acidentes ou doenças, dos quais resultaram deficiências, e que até hoje não recebem qualquer pensão.

Actualmente, a Lei prevê duas situações para os deficientes militares: enquanto uma diz respeito àqueles que são considerados grandes deficientes das Forças Armadas (ou em campanha), a outra aplica-se aos que são considerados deficientes militares em serviço. No primeiro caso, num decreto-lei de Janeiro de 1976, o Estado "considera justo o reconhecimento do direito à plena reparação de consequências sobrevindas no cumprimento do dever militar aos que foram chamados a servir em situação de perigo ou perigosidade", na segunda situação, os deficientes militares, recebem uma pensão de acordo com o estatuto geral de aposentação da Função Pública. Todos os restantes deficientes militares são considerados sem nexos de causalidade.

Em 1996, em virtude das Missões de Paz e Cooperação em que Portugal se encontra envolvido, foi criada legislação específica para estes militares (ver última página do ELO de Dezembro).

Causas sem nexos

Sem nexos de causalidade é como são considerados os cinco associados da ADFA internados no anexo do HMP. Carlos Pereira nasceu em Coimbra, tem



O aparente abandono do anexo ao Hospital Militar Principal nota-se tanto no exterior como no interior

47 anos e quase 26 de Hospital. Cumpria o serviço militar em Lagos quando, um dia ao regressar de um fim-de-semana em casa, teve um acidente de automóvel. Ficou paraplégico. Hoje,

afirma Carlos Pereira, "não tenho qualquer pensão do exército, por ter sido dado como não estando em serviço, não tenho meios de subsistência, estou sozinho, há 12 anos ainda tinha o pré,

agora nem isso". O pré militar (verba atribuída aos militares) foi-lhe retirado há 12 anos depois de ter sido presente a uma Junta Hospitalar de Inspeção.

A história de Mário Silva não é

muito diferente, mudam os locais, as datas e pouco mais. Nasceu em Sesimbra, há 45 anos, e há quase 25 que vive no anexo. É tetraplégico em virtude de um acidente sofrido em 1972, dois

Resposta a reivindicação da ADFA

Missões de Paz e Cooperação

Novo estatuto dos militares

Foram, finalmente, publicados os estatutos dos militares em missões humanitárias e de paz no estrangeiro e em acções de cooperação técnico-militar no estrangeiro, constituindo respectivamente os Decreto-Lei nº 233/96, de 7 de Dezembro e Decreto-Lei nº 238/96, de 13 de Dezembro, conforme noticiado no ELO de Dezembro último.

Estes diplomas vêm dar resposta às reivindicações da ADFA apresentadas ao Governo desde há vários anos, tendo sido objecto de recomendações da 6ª Conferência Internacional de Legislação dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, realizada em Lisboa, em Março de 1994, com a presença de representantes de Governos de 53 países, entre os quais, naturalmente, o de Portugal, aliás, excepcionalmente bem representado, tendo o próprio Ministro da Defesa Nacional presidido à Conferência.

Os Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, documento essencial da Federação Mundial (FMAC), vieram inclusivamente a ser alterados, na sequência daqueles trabalhos, por forma a englobar os militares que se deficientem ao serviço de Forças Internacionais de Manutenção da Paz.

A questão levantada pela ADFA já se punha, com toda a acuidade, muito antes do envio de militares portugueses para a Bósnia, dada a participação dos nossos militares em acções de cooperação em África, e mesmo em forças internacionais, que não foram objecto de grande divulgação na comunicação social.

Contudo, o destaque dos media e a própria intervenção de forças militares portuguesas na Bósnia - Herzegovina evidenciaram a gritante lacuna que consistia na ausência de legislação que definisse os direitos à reparação moral e material e à reabilitação e

António Carreiro*

O destaque dos media e a própria intervenção de forças militares portuguesas na Bósnia - Herzegovina evidenciaram a gritante lacuna que consistia na ausência de legislação que definisse os direitos à reparação moral e material e à reabilitação e integração dos militares que se deficientassem

integração dos militares que se deficientassem no cumprimento daquelas missões.

Dada a evidente necessidade e as pressões sociais de todos os quadrantes, o Governo remediou, à data, a situação através da publicação de um despacho pelo Ministro da Defesa Nacional (Despacho 4/MDN/96).

A ADFA imediatamente fez conhecer ao MDN que tal despacho, em termos formais, não dispunha de força jurídica suficiente para regular a situação, pelo que era imprescindível que a matéria fosse acolhida em Lei ou Decreto-Lei, o que agora se verificou.

Embora estes diplomas representem um grande avanço, desde logo pelo preenchimento de uma lacuna

legislativa gritante, há aspectos que se situam ainda aquém do que será desejável, pelo que se impõe a prossecução de esforços no sentido do seu aperfeiçoamento.

Os diplomas vêm estabelecer que os regimes dos deficientes em serviço (Estatuto da Aposentação), dos deficientes das Forças Armadas (DFA-DL 43/76 de 20JAN), das pensões de preço de sangue e por serviços excepcionais e relevantes (DL 404/82 de 24SET) são aplicáveis aos militares que participem em missões humanitárias e de paz e de cooperação técnico-militar no estrangeiro.

Vão, no entanto, mais além, alterando alguns conceitos como seja o de que durante a missão, bem como nos trânsitos de e para território nacional, quando em transporte militar ou em expensas do Estado, em princípio, o militar está sempre em serviço, devido à presunção legal de que os acidentes e doenças são em serviço e em consequência do mesmo, invertendo-se portanto, o ónus da prova.

Incluem-se as doenças contraídas ou agravadas em serviço no regime das Pensões de Preço de Sangue.

Define-se que o período da missão se inicia com o embarque e termina com o regresso definitivo.

Garante-se assistência médica, medicamentosa e hospitalar e o acesso aos meios de diagnóstico e terapêutica que venham a revelar-se necessários.

Prevêm-se bonificações do tempo de serviço (15; 20 e 25 por cento) em função das condições dos países onde as missões se desenvolvam.

Afigura-se-nos que os militares que se deficientem nestas missões estão melhor protegidos legalmente dos que adquiriram as suas deficiências na Guerra de África. ●

* Advogado

Junta médica não é solução

A ida destes grandes deficientes, internados no anexo do Hospital Militar, à Junta Hospitalar de Inspecção causou alguma surpresa junto da Direcção Nacional da ADFA. Segundo o que o ELO conseguiu apurar, no último encontro da Associação com o Secretário de Estado da Defesa Nacional, José Júlio Gomes, foi dado a entender que os processos destes, grandes deficientes militares, iriam ser reapreciados, para definição do estatuto jurídico que lhes poderá ser aplicado. No entender de Lopes Dias, da Direcção Nacional da Associação, "a solução destas situações não pode passar pelo recurso aos serviços de inserção social", pois segundo diz, "esta solução não nos garante que a estes homens sejam assegurados os cuidados médicos e de assistência a que têm direito". A solução para estes casos passa, na opinião deste responsável da ADFA, "por uma correcta reformulação da legislação".

Confrontado com esta situação, Manuel Gameiro, director geral de pessoal do Ministério da Defesa Nacional, explicou ao ELO que o facto destes grandes deficientes, internados no anexo do HMP, terem estado, dia 19 de Dezembro, com a Junta Hospitalar de Inspecção "não tem nada a ver com a alteração da situação militar destes, mas sim com a necessidade de registar em processo a origem do acidente, a evolução e a degradação da deficiência", garantindo, "que a Junta não teve como objectivo decidir sobre o destino destes grandes deficientes". José Gameiro disse ainda, estarem a "decorrer estudos que podem, durante o ano de 1997, vir a abranger os grandes deficientes que estão nesta situação", e concluiu, "que uma solução não passa, necessariamente, por um acordo com a Segurança Social". ●

Conhecidos os resultados do inquérito nacional

Portugal tem quase um milhão de deficientes

O SECRETARIADO Nacional de Reabilitação, em cooperação com outras entidades e com o apoio do programa Horizon, procedeu a um levantamento do número e caracterização das pessoas com deficiência em todo o território nacional. Este inquérito teve duas vertentes: por um lado, fazer o levantamento, por amostragem estatística, do número e caracterização das deficiências, incapacidades e desvantagens; por outro lado, fazer o levantamento dos recursos de reabilitação existentes.

Num universo de estudo composto por 142.112 indivíduos e 47.020 famílias apurou-se, por extrapolação, a existência de 905.488 pessoas com deficiências, o que representa 9,16 por cento da população portuguesa (valor próximo do de outros países da União Europeia).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma incapacidade é uma restrição ou falta de capacidade para realizar uma actividade dentro dos limites considerados normais para um ser humano.

A "incapacidade face a situações" é o sector que apresenta maior número de indivíduos afectados (418.889). Aqui foram incluídas todas as pessoas com dependência de qualquer máquina externa de suporte de vida (pace makers, ventiladores respiratórios, diálise, entre outros).

De acordo com este levantamento, os

cidadãos com problemas de locomoção são o segundo sector com maior número de pessoas atingidas (357.492) o que significa uma taxa de 220 em cada mil. A idade é responsável pelos valores que esta incapacidade assume na população portuguesa.

Em seguida vêm as incapacidades no comportamento, que se referem ao plano educacional, segurança pessoal, relacionamento no plano familiar e à actividade profissional. Existem 199.525 pessoas com esta incapacidade, o que representa 123 em cada mil.

Surgem depois, de acordo com os resultados deste inquérito, as incapacidades de visão (135.430) que atinge sobretudo grupos etários mais elevados; incapacidades com os cuidados pessoais (actividades fisiológicas básicas - excreção, alimentação, higiene pessoal e vestir-se), 130.800 indivíduos que tem maioritariamente mais de 75 anos; deficiências da audição, 115.067 pessoas; incapacidades na realização de tarefas diárias, 106.069; outras incapacidades de comunicação, 87.665 e 66.778 indivíduos com deficiências da fala.

O grupo etário dos 65-74 é o mais atingido por deficiências seguindo-se o das pessoas com mais de 74 anos. A faixa dos 45-54 anos vem logo a seguir.

Geograficamente o distrito do Porto é



Do total da população portuguesa, 9,16 por cento são deficientes

o que possui mais pessoas com incapacidades (193.806), o que equivale 11,65 por cento da sua população. Onde elas assu-

mem maior proporção é em Viana do Castelo, uma vez que 20,90 por cento dos seus habitantes têm alguma incapacidade. ●



Em Maputo, associações, entidades oficiais e ex-combatentes partilham alguns problemas de difícil resolução

Representante da ADFA em Moçambique regressa optimista

Cooperação possível e necessária

Miguel Martins

O membro do Conselho Nacional que a Direcção da ADFA delegou para estudar possíveis vias de cooperação em Moçambique diz, no relatório final, ter superado os objectivos e estarem reunidas as condições para medidas práticas.

Aproveitando a deslocação de José Gabirro a Maputo (Moçambique), por motivos profissionais, no início do mês passado, a direcção da ADFA encarregou este membro do Conselho Nacional de estabelecer vários contactos no terreno, com objectivos que variam entre apurar a situação dos deficientes militares do Exército Português residentes naquela ex-colónia portuguesa e o equacionar de possíveis acordos de cooperação. O Núcleo da Associação - recentemente criado em Maputo -, a Embaixada de Portugal, o Ministério da Defesa do Governo local e a Associação dos Deficientes Militares de Moçambique (ADMIMO), foram pontos de passagem do representante da ADFA.

De acordo com o relatório final apresentado por José Gabirro, na primeira reunião com o Núcleo local da Associação, o presidente, Gabriel, apresentou os problemas mais pertinentes bem como a sua

incapacidade para os resolver. Uma das principais preocupações do responsável está directamente relacionada com a aquisição da nacionalidade portuguesa, pois, segundo a explicação que adiantou, só com ela é permitido a reabertura dos processos referentes aos acidentes que motivaram a deficiência. No entanto, para obter a nacionalidade, os ex-combatentes necessitam de provas processuais do acidente que os deficientes não foram considerados pelos negociadores, ficando automaticamente de fora dos benefícios previstos para os militares participantes na guerra de Moçambique, ou seja, sem direito, entre outras coisas, a subsídios de renda de casa, pensões mensais e equipamento de trabalho.

Erros antigos, vidas actuais

Relativamente às pensões, a exposição de Gabriel foi clara: para além de abrangerem apenas um pequeno número de ex-militares portugueses, situam-se actualmente à volta de 4 contos por mês, resultado da falta de actualização dos acordos estabelecidos em Lusaka.

Nos acordos de paz, em Roma, estes homens não foram considerados pelos negociadores, ficando automaticamente de fora dos benefícios previstos para os militares participantes na guerra de Moçambique, ou seja, sem direito, entre outras coisas, a subsídios de renda de casa, pensões mensais e equipamento de trabalho.

Ao nível da assistência médica que recebem o cenário parece não sofrer muitas alterações. As queixas vão da má qualidade dos serviços prestados até ao número insuficiente de postos de atendimento. É que os associados só tem acesso aos hospitais civis, já de si

bastante degradados. Quanto ao Hospital Militar encontra-se reservado a militares moçambicanos e entidades governamentais. O Adido Militar de Defesa de Portugal, Coronel Piloto Aviador, Pinto da Silva confirmou todos os relatos apresentados ao representante da ADFA.

No que concerne aos associados, José Gabirro descreve no relatório a convicção de que maioria dos sócios estão numa situação desesperada que urge resolver. São mais de 800 homens aos quais o responsável delegado pela ADFA só pôde prometer a intervenção da Associação junto do Governo Português.

A proposta de cooperação entre a ADFA e a ADMIMO surgiu no dia 2 deste mês depois do embaixador português ter abordado com José Garrido a situação e os problemas dos deficientes militares portugueses a residir em Moçambique. Tendo em conta o relatório final apresentado, o encontro do embaixador português com o representante da ADFA foi de tal forma aprofundado que o representante de Portugal em Moçambique terá feito um pedido de audiência ao Ministro da Defesa daquele país no sentido de tratar do problema da cooperação.

Mesmo longe, Lisboa decide

Também nesta ocasião, e à semelhança do que foi adiantado pelo presidente do Núcleo da ADFA, o responsável pela embaixada portuguesa, adiantou ter um campo de actuação muito restrito sublinhando que "a resolução destes assuntos passa muito por Lisboa", mais

concretamente, pelo "Governo português". Apesar disto, o embaixador deixou em aberto a sua colaboração no sentido de auxiliar os ex-militares portugueses em "tudo o que for possível", tendo disponibilizado para o efeito os serviços do próprio Adido Militar da Defesa para minorar algumas situações de maior gravidade.

Foi já no dia 3 de Dezembro que José Gabirro foi recebido na Sede da ADMIMO (Associação dos Deficientes Militares de Moçambique) pelo Presidente e Secretário Geral daquela entidade. O Presidente expôs alguns dos principais problemas com que a ADMIMO se debate - como por exemplo a falta de quadros para gerir a associação. Do lado da ADFA, à semelhança do que foi feito com o AMMIGA de Angola, o representante português apresentou propostas de cooperação. No fim, a receptividade às matérias apresentadas foi grande apesar da reconhecida falta de meios para efectuar o desejado. Os problemas mais graves estão directamente relacionados com a atribuição de pensões e a reintegração social. Ainda segundo o relatório, o encontro acabou com a convicção de que "a cooperação seria bastante benévola para todos".

Antes do regresso, José Gabirro ainda esteve com o Ministro da Defesa moçambicano com quem abordou vários temas da mesma matéria. No balanço final, o membro do Conselho Nacional, delegado pela Direcção Nacional da ADFA para estabelecer contactos no terreno considera que a missão superou os objectivos propostos e que rapidamente se pode passar à prática. ●

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Albino Monteiro Salgado

Sócio nº 6143
46 anos
Faleceu no dia
19/09/96



Residia em Lordelo - Guimarães, deixa viúva a D^a Albertina Pereira Oliveira.

Adelino Marques Branco

Sócio nº 9929
81 anos
Faleceu no dia
13/09/96



Residia em Aboboreira, Mação.

Jorge Maltez

Sócio nº 5355
48 anos
Faleceu no dia
21/07/96



Residia em S. João de Corveira, Valpaços, deixa viúva D^a Ana Maria Silva Simões Maltez e um filho órfão.

António Varela Borralho

Sócio nº 6904
51 anos
Faleceu no dia
11/09/96



Residia na Amadora, deixa viúva D^a Maria da Glória Pavia Charneca Borralho e um filho órfão.

Ano Novo Vida... Velha



Carmo Vicente

polícia, como se este tivesse praticado um acto heróico.

Os colegas resolveram por sua vez, deixar as armas nas esquadras ou passearam-se com elas, sem carregadores, enquanto faziam as suas rondas. Uma coisa nunca vista! Pena que a moda não tenha pegado. Talvez as ruas ficassem mais seguras. Já agora, da próxima vez, entreguem também os cassetetes!

Muita gente achou mal que o agente Severino fosse detido numa prisão comum, talvez esquecidos que um polícia é um cidadão com os mesmos deveres e direitos de qualquer outro, quando comete um delito deve ser tratado como tal e que o facto de ter sido agredido pelos seus companheiros de cativo, não é mais nem menos grave do que o de muitos outros que sofreram igual sorte sem que ninguém se tenha importado com isso. Se o sistema prisional funciona mal, mudem-no para que tais abusos não sejam possíveis.

No norte do país, por terras de Maria da Fonte, os ciganos têm sido escoreçados apenas porque são ciganos e teimam em viver de maneira diferente. Parece que, por aquelas bandas, o direito à diferença ainda não é tolerado. E não me venham com conversas de que são ladrões e passadores de droga, porque ladrões e passadores de drogas existem em todos os lugares, em todos os sectores da população. Não, o que está a acontecer com os ciganos aconteceria se em vez de ciganos fossem pretos, homossexuais, prostitutas ou peles vermelhas. Aquela gente meteu na cabeça que está do lado certo da humanidade e que os outros estão do lado errado e por isso devem ser erradicados para os infernos. Esta gente está ainda com um pé na Idade Média... Se os "autos de fé" não tivessem sido proibidos pelo Marquês de Pombal, não sei até onde poderia ir a sua sanha.

No ano que agora começa, o nosso país voltará a ser referenciado a preto no Relatório da Amnistia Internacional, isolado nesta "Europa connosco". Em alguma coisa havemos de ser os primeiros. E era uma vez...os brandos costumes!

Como céptico que sou, direi que 1997 também não será grande coisa e tudo vai continuar como dantes no quartel de Abrantes! As moscas talvez sejam diferentes, mas o material de que se alimentam é, no essencial, o mesmo. Ao povo trabalhador vão exigir que trabalhe mais e gaste menos. Aos patrões que "ganhem" mais "mais-valias", gastem mais e contribuam para os partidos que, afirmam, são o "garante da democracia".

O lema deste governo é igual ao do governo anterior: "mudar apenas o suficiente para que tudo fique na mesma".

Entretanto, este ano fomos aumentados 3%, mesmo assim, e segundo a óptica vesga do governo socialista, substancialmente mais do que os funcionários públicos dos outros parceiros da UE. Pois é nosso primeiro! É verdade. Quer dizer...é mentira. O que o Sr. nosso primeiro se esqueceu de dizer, é que na esmagadora maioria desses tais "parceiros", um "contínuo" ganha mais do que aqui um Técnico Superior.

Mas, que seja tudo a bem...da Nação...Feliz Ano Novo e viva o Porto! ●

Em busca da realidade

Encontra-se em adiantada fase de preparação uma operação gigantesca que, ambiciosamente, cobrirá todo o território continental.

As vantagens desta operação são múltiplas. Além de, como já atrás referido, proporcionar ao Ministério da Defesa o material total e acabado para o trabalho de revisão legal de todas as situações, traz, para nós Deficientes das Forças Armadas, a oportunidade de equacionar, também através dos dados adquiridos, a problemática dos deficientes no campo da reabilitação e reintegração que tem que, finalmente, ser global e perfeita.

Para essa reabilitação, o contacto que os deficientes, há anos mergulhados no abandono total e em lugares isolados, terão com camaradas seus, agora já habituados à vida associativa e já conscientes do momento que se vive, esse contacto constituirá um toque mágico para acordar dum já velho sono profundo e sem esperanças. De enorme utilidade será a oportunidade que os familiares, amigos e vizinhos dos deficientes vão ter, habituados a considerar o deficiente como uma coisa débil, a que se deveria dispensar todo o carinho e atenção, com mimos exagerados, onde a nota predominante era a pena e compaixão, que mais não faziam que inibir e frustrar um homem que tinha todas as suas forças dirigidas para os obstáculos naturais difíceis mas não intransponíveis. Assim, essas pessoas que rodeiam os deficientes não reabilitados e que através dessas atenções justificadas mais melindrosa tornavam a situação, terão oportunidade de começarem a sentir o alívio de um fardo que, acreditavam, portavam por vontade de Deus. Em face de uma nova linguagem, de novos métodos e de todo um pensamento revolucionário que forçosamente se oporá a esses conceitos medievais, essas pessoas despertarão também para uma consciencialização que, para ser verdadeiramente revolucionária, terá que ser também a todos os níveis, porque a revolução será, porque assim o desejamos e pretendemos, total.

Em viaturas militares, os Deficientes das Forças Armadas, enviados de Lisboa, percorrerão todo o território continental num esforço que pretende anular todo o obscurantismo, má fé e numa marcada e terrível intenção de esconder a negatividade dum guerra que tanto interessava aos capitalistas do nosso País e tantos males causou ao Povo Português. (In ELO nº 2 - 15 de Janeiro de 1975.)



As super-crianças, os super-bebés e os nem por isso...

Nesta quadra natalícia, dividi o meu ouvido atento entre prós e contras aos meninos prodígio do Bravo Bravíssimo, de Os Principais e do Sequim de Ouro.

Algumas vozes se insurgiam contra o aproveitamento que, por precoce, envenena as capacidades dos petizes, do nosso e outros países, que demonstram aos maiores como se canta, toca e dança. Não corroboro tão puritanas posições, e não sei se bem intencionadas! As mesmas cabeças pensantes, por regra, não se insurgem contra o fácil aproveitamento, feito desde há dois mil anos, do menino prodígio, chamado Jesus. O uso do seu nome leva ao bombardeamento, e criação de falsas necessidades, nas mentes de outros milhões de meninos e de seus pais para, nesta época, consumirem, consumirem, consumirem! Derrete-se, assim, se calhar, o pouco que têm em homenagem a um menino que nasceu sem direito a roupa, deitado numa palha, aquecido pelo bafo, inventado por Francisco de Assis, de uma vaca e de um burro: nascimento real, no confortante,

porque deificado, ar condicionado da gruta de Belém.

Mas nesta quadra, pasmei-me uma vez mais! Num programa televisivo, carregado de frivolidades do *jet-set*, a sua apresentadora comunicou-nos, ufana, que tinha sido mãe de um "super-bebé". E tal como ela um conhecido comentador e uma notável apresentadora de vazias casas cheias eram também, ufanamente, detentores de "super-bebés". Que diabo, perguntei-me eu, de ingredientes fazem, neste país, um "super-bebé"? Serão a graça ou a desdita de nascer na gruta de Belém, ou no lar quente e morno de qualquer *TV-star*, esses ingredientes?

Não ouvi questões a este respeito, no entanto, puritanos e críticos senhores! Não foi vergonhoso, naquele programa, o aproveitamento de três bebés para a supermediatização de seus pais já de si figuras hipermediáticas?

Creio que isto nem dá para reflectir. É de tal forma óbvio que nem sei eu próprio porque o escrevi. ●

Patuleia Mendes

CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS

URGÊNCIAS DENTÁRIAS & SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE

Linda-a-Velha (01) 4192083	Lagos (082) 764189
Algés (01) 411466	Castelo Branco (072) 321129
Pinhal Novo (01) 2381694	Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS (outros ex. Marconi, Telecom)
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados

TAGUS Protocolo ADFA ADM's

AMBULÂNCIAS

A qualidade de um serviço moderno, eficiente e personalizado à disposição dos associados da ADFA.

(01) 4784333 FAX (01) 4784334
Praceta das Descobertas, Lote 9, Loja B Paiã
1675 PONTINHA



Valer a pena

Carlos Vale Ferraz

Há dias dei por mim a interrogar-me sobre o que na vida vale a pena. Dúvidas típicas da idade, penso. Desta vez a questão levantou-se depois de ler um escrito publicado em "A Capital" por António S. Lara com o título "A Ressurreição da Memória". O autor, a propósito da edição de um vídeo sobre Moçambique nos Anos 60, segundo ele, se vende como pão quente, porque permite apreciar as belezas daquela terra no tempo anterior à independência, desafia a vulgata colonialista de esta só ter trazido miséria aos povos colonizados, os quais, agora as palavras são minhas, se adivinhassem os males que os esperavam, teriam mantido a quietude e a agradecida humildade de quando eram "mainatos" ao serviço dos patrões brancos.

Estas teses, apresentadas em inúmeras versões e iniciando-se quase sempre por uma profissão de fé anticolonialista e antirracista, são conhecidas como do "carcereiro" ou do "negreiro", porque servem de argumento aos carcereiros para garantirem a excelência da vida de recluso e da qualidade das prisões, pelo exemplo, a que sempre recorrem, de conhecerem um preso que ao fim de 10 ou 20 anos de prisão já de lá não quer sair e aos negreiros para justificarem a escravatura, porque alguns escravos, na altura de serem libertados, hesitaram em regressar à vida responsável, atemorizados pelos riscos que ela inevitavelmente contém. Em ambos os casos se pretende ignorar que a dignidade foi retirada aos presos e aos escravos tão violentamente que eles nem sequer a reconhecem na altura de a recuperar, mas que esta degradação tenha atingido igualmente os herdeiros dos algozes, a ponto de a propagandear, embora seja uma triste vingança, não deixa de ser uma ignomínia.

Não era pois uma estimulante base de partida aquela que me fazia interrogar sobre o que vale a pena, sobre o que valeu e que, nas meias-idades, se usa tanto como balanço da parte já vivida da vida, como programa para a etapa restante. Os Laras nunca perceberão que antes de legitimar a defesa póstuma das obras do colonialismo, incluindo as apresentadas no tal vídeo, seria necessário aceitar que teria valido a pena a escravatura a que foram os colonizados sujeitos durante séculos, os trabalhos forçados, as conversões obrigatórias a deuses estranhos, as monoculturas de produtos exteriores às suas necessidades, a obediência a leis e regras que os ofendiam, pois foi nestes factos que ele e - o colonialismo - assentou o que se exhibe como provas do progresso: a Avenida Pinheiro Chagas, a Craveiro Lopes, o elegante bairro do Sommerschild, a catedral de Lourenço Marques, o Hotel Polana, os jardins floridos, as vivendas bem tratadas, as mesas cheias de mariscos, até os meninos e as meninas, brancos e negros, muito juntos e sorridentes para a câmara, à porta da escola, entre outros. A afirmação de António S. Lara, de todos os Laras, de deverem ser considerados criminosos o que afirmam que o colonialismo só explorou, escravizou, oprimiu e destruiu não era bom caminho para pensamentos decentes, antes do mais porque desde os gregos se aceita e reconhece a relatividade de no Mal nem tudo ser mau e de no bom nem tudo ser o Bem, mas o facto é que ela me levava a contabilizar o que, na nossa vida individual, na nossa vida social, na nossa história pode valer e valeu a pena.

Valeu a pena termos lido todas as palavras que lemos? Valeram a pena todas as corridas que fizemos, todos os movimentos que realizámos, todos os esforços a que nos sujeitámos, todos os riscos que corremos? Quantas vezes damos por nós irritados, a partir de uma aparente inutilidade, a interrogarmo-nos se terá valido a pena termos dado todos os passos que demos. Quantos poderíamos ter evitado, quanto de nós se perdeu em vão? E quantas palavras não devíamos ter proferido? Quantas horas não mereceram ter sido vividas? Enfim, como estabeleceremos o deve e o haver entre o que foi indispensável para a nossa vida e para a nossa história e o que foi supérfluo, dos gestos aos pensamentos?

Ao escrever na revista de uma associação de deficientes, em que as deficiências foram na sua esmagadora maioria adquiridas em África, na guerra colonial, é esta questão do valer a pena que o artigo de António S. Lara me suscita. Terá valido a pena termos ido à guerra, termos corrido os riscos que nos mutilaram?

Vejamos a questão de outro ângulo. Se, por um passe de mágica, dispuséssemos da possibilidade de refazer a nossa vida apenas com o essencial, o certo e o garantido, comido somente as calorias indispensáveis, proferido as palavras justas, executado os movimentos mínimos, evitado os riscos, os excessos, que vida teríamos tido? Se nunca tivéssemos feito nada demais, nem uma asneira, nem um pecado, nem até um acto de generosidade, ou de loucura, o que seríamos, quem seríamos? Com certeza teríamos visto menos que os que cegaram e andado menos que os amputados. Com certeza teríamos vivido menos que os que morreram. Com certeza não seríamos nós e seríamos mais pobres em todos os sentidos, uns seres ordinariamente vulgares, sem a dignidade de seres livres, embora com deficiências e faltas. Que nenhum deus *ex machina* nos possa comprar num vídeo, muito perfeitos e encasacados, a servi-lo enquanto ele nos faz festas na cabeça e assegura que somos felizes como os seus bem tratados animais domésticos, isso valerá sempre a pena. ●



DIRECTOR: José Diniz
 PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600 - Lisboa
 Telefone: 01 7570502 Fax 01 7571319



Plano de Acção a Médio Prazo

A resposta da ADFA

JÁ FOI ENVIADA para o Ministério da Solidariedade a proposta de plano de acção da ADFA, que tem como objectivo responder ao pedido lançado pelo Ministro Ferro Rodrigues a todas as associações de deficientes, no sentido de ajudar o Governo a definir e implementar um programa relativo à inserção de pessoas com deficiência (ver ELO anterior).

A carta elaborada pela Associação recorda que o Governo, no programa de acção e em relação às pessoas com deficiência, assumiu a "promoção das iniciativas que satisfaçam as condições necessárias à existência de um instrumento de coordenação das políticas e dos meios, aos níveis central, regional e local, para a integração das pessoas com deficiência". A análise da ADFA sublinha que as expectativas criadas não tiveram, até ao momento, concretização prática. Com efeito, a problemática da deficiência continua a não ser assumida politicamente, mas apenas tolerada, refere o documento da Associação.

No domínio das acções concretas, a ADFA apresenta várias e detalhadas sugestões a inserir com a maior urgência num plano de acção a médio prazo, para que este corresponda às justas expectativas das pessoas com deficiência. Desta forma, no que diz respeito ao Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, o levantamento da ADFA, considera que "as atribuições fundamentais do Secretariado devem incluir: concepção, coordenação e avaliação das políticas de reabilitação; Dinamização por excelência, das políticas de reabilitação junto dos organismos públicos; Constituição como provedoria das pessoas com deficiência; Criação de projectos de

investigação científica, respeitantes à reabilitação, regidos por um Conselho Consultivo; Controlo efectivo da qualidade dos vários sistemas de reabilitação". Considerando ainda "fundamental que o Secretariado seja rapidamente regionalizado e que nele seja introduzida uma cultura de gestão mais ampla e participada".

Quanto ao ponto dedicado ao Conselho Nacional, destaca-se o parágrafo que refere que "esta estrutura deliberativa deverá funcionar como o órgão superior da política nacional de reabilitação", onde pertencerão "delegados qualificados (a nível de Director-Geral) dos ministérios por onde decorrem as políticas de reabilitação" em conjunto com outros delegados "indicados pelas associações de deficientes, devidamente representativas, em número inferior dos referidos na alínea anterior".

A proposta da ADFA prevê ainda "a definição de critérios objectivos para atribuição de subsídios de funcionamento às organizações de deficientes, ouvindo-se o Conselho Consultivo do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência", bem como, noutro ponto, "a promoção, por todos os meios, do emprego dos cidadãos com deficiência, designadamente estabelecendo-se quotas mínimas de emprego obrigatório quer na administração pública quer nas empresas públicas".

Noutro campo o documento destaca ainda a importância de temas que vão da adequação de transportes e edifícios, até à condução de viaturas, passando pelo incentivo do acesso à educação dos cidadãos com deficiência, inserção social, reformas para grandes deficientes, manutenção e ampliação dos benefícios fiscais. ●

Capitães-Coronéis

De acordo com uma notícia publicada no jornal Correio da Manhã, no dia 11 de Janeiro, o projecto de decreto-lei do caso dos capitães-coronéis está em fase de agendamento para uma próxima reunião do Conselho de Ministros. Esta matéria arrasta há mais de uma década e tem como facto de cerca de 300 deficientes das Forças Armadas Portuguesas graduados em que recebem pensões de reforma de capitães. No seguimento desta notícia a ADFA, numa reunião enviada ao Ministro da Defesa Nacional António Vitorino, considera estranho o diploma esteja em fase de decisão, sem que a Associação tenha tido conhecimento do conteúdo, uma vez que em 18 de Abril de 1996 o Ministro António Vitorino garantiu à ADFA que o referido diploma seria levado a Conselho de Ministros sem que esta fosse ouvida. Segundo declaração de Teixeira Lapa, assessor do ministro da Defesa, ao Correio da Manhã, a data do projecto de diploma não foi ainda agendada, "o processo passou por várias vicissitudes, como por exemplo, "as explicações que o Ministério da Defesa teve de dar ao Provedor de Justiça".

Fórum Europeu

Analisar os estatutos da associação Fórum Europeu da Deficiência foi o objectivo da reunião, realizada no dia 14 de Dezembro, organizada pela Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD). A Associação, sediada na Bélgica, visa a promoção dos "direitos humanos dos deficientes a igualdade de oportunidades em todas as instituições Europeias relevantes, organizações internacionais e agências da União Europeia de acordo com os princípios da não discriminação". Criada em Maio de 1996, o programa comunitário Helios II, o Fórum engloba todos os Estados-Membros da União Europeia. Nesta reunião, onde a representação da ADFA esteve o recém eleito presidente da Direcção Nacional, Humberto Sertão, decidiu-se constituir uma comissão para o acompanhamento do Fórum. No dia 11 de Janeiro de 1997, uma segunda reunião decidiu que a CNOD fosse a representante portuguesa no Fórum Europeu. Ainda na reunião ficou decidido, entre as 17 associações presentes, a criação de um secretariado executivo composto por apenas sete associações: ADFA, CNOD, Associação Nacional de Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST); Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO); Associação Portuguesa dos Hemofílicos (APH); Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos (APADP).

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar..

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA

Marque o seu ensaio Renault através da LINHA-VERDE 0800 21 1996

RENAULT AVENIDA
 Avenida da Liberdade, 29
 ☎ 346 76 97

RENAULT ANDRADE CORVO
 Rua Andrade Corvo, 31-B
 ☎ 352 23 70*

RENAULT CHELAS
 Rua Dr. José Espírito Santo, Lt. 11-E
 ☎ 836 14 14



RENAULT

*Aqui, a nossa vendedora Rosário Jorge estará sempre disponível para o atender.